

## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.	Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas; cria o Fundo Social - FS e dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências.		Modifica as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para determinar novas regras de distribuição entre os entes da Federação dos <i>royalties</i> e da participação especial devidos em função da exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, e para aprimorar o marco regulatório sobre a exploração desses recursos no regime de partilha.		Modifica as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para determinar novas regras de distribuição entre os entes da Federação dos <i>royalties</i> e da participação especial decorrentes da exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de concessão, e para disciplinar a destinação dos recursos do Fundo Social.
	<b>O PRESIDENTE DA REPÚBLICA</b> Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:		<b>A PRESIDENTA DA REPÚBLICA</b> Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:		<b>A PRESIDENTA DA REPÚBLICA</b> , no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:
	CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES				
	<b>Art. 1º</b> Esta Lei dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos em áreas do pré-sal e em				



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
	áreas estratégicas, cria o Fundo Social - FS e dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos, e altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.				
			<b>Art. 1º</b> Esta Lei dispõe sobre o pagamento e a distribuição dos royalties devidos em função da produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos conforme disposto nas Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, bem como sobre o pagamento e a distribuição da participação especial a que se refere o art. 45 da Lei nº 9.478, de 1997.		
			Parágrafo único. Os royalties correspondem à compensação financeira devida à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios pela exploração e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos		



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
			de que trata o § 1º do art. 20 da Constituição.		
	CAPÍTULO II DAS DEFINIÇÕES TÉCNICAS				
	<b>Art. 2º</b> Para os fins desta Lei, são estabelecidas as seguintes definições:				
	I - partilha de produção: regime de exploração e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos no qual o contratado exerce, por sua conta e risco, as atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento e produção e, em caso de descoberta comercial, adquire o direito à apropriação do custo em óleo, do volume da produção correspondente aos royalties devidos, bem como de parcela do excedente em óleo, na proporção, condições e prazos estabelecidos em contrato;				
	II - custo em óleo: parcela da produção de petróleo,				



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
	de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, exigível unicamente em caso de descoberta comercial, correspondente aos custos e aos investimentos realizados pelo contratado na execução das atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento, produção e desativação das instalações, sujeita a limites, prazos e condições estabelecidos em contrato;				
	III - excedente em óleo: parcela da produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos a ser repartida entre a União e o contratado, segundo critérios definidos em contrato, resultante da diferença entre o volume total da produção e as parcelas relativas ao custo em óleo, aos royalties devidos e, quando exigível, à participação de que trata o art. 43;				
	IV - área do pré-sal:				



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
	região do subsolo formada por um prisma vertical de profundidade indeterminada, com superfície poligonal definida pelas coordenadas geográficas de seus vértices estabelecidas no Anexo desta Lei, bem como outras regiões que venham a ser delimitadas em ato do Poder Executivo, de acordo com a evolução do conhecimento geológico;				
	V - área estratégica: região de interesse para o desenvolvimento nacional, delimitada em ato do Poder Executivo, caracterizada pelo baixo risco exploratório e elevado potencial de produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos;				
	VI - operador: a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), responsável pela condução e execução, direta ou indireta, de todas as				



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
	atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento, produção e desativação das instalações de exploração e produção;				
	VII - contratado: a Petrobras ou, quando for o caso, o consórcio por ela constituído com o vencedor da licitação para a exploração e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos em regime de partilha de produção;				
	VIII - conteúdo local: proporção entre o valor dos bens produzidos e dos serviços prestados no País para execução do contrato e o valor total dos bens utilizados e dos serviços prestados para essa finalidade;				
	IX - individualização da produção: procedimento que visa à divisão do resultado da produção e ao aproveitamento racional dos recursos naturais da União, por				



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
	meio da unificação do desenvolvimento e da produção relativos à jazida que se estenda além do bloco concedido ou contratado sob o regime de partilha de produção;				
	X - ponto de medição: local definido no plano de desenvolvimento de cada campo onde é realizada a medição volumétrica do petróleo ou do gás natural produzido, conforme regulação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP;				
	XI - ponto de partilha: local em que há divisão entre a União e o contratado de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos produzidos, nos termos do respectivo contrato de partilha de produção;				
	XII - bônus de assinatura: valor fixo devido à União pelo contratado, a ser pago no ato da celebração e nos termos do respectivo contrato de				



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
	partilha de produção; e				
	XIII - royalties: compensação financeira devida aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, em função da produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção, nos termos do § 1º do art. 20 da Constituição Federal.				
	CAPÍTULO III DO REGIME DE PARTILHA DE PRODUÇÃO Seção I Disposições Gerais				
	<b>Art. 3º</b> A exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos na área do pré-sal e em áreas estratégicas serão contratadas pela União sob o regime de partilha de produção, na forma desta Lei.				
	<b>Art. 4º</b> A Petrobras será a operadora de todos os				





## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
	blocos contratados sob o regime de partilha de produção, sendo-lhe assegurado, a este título, participação mínima no consórcio previsto no art. 20.				
	<b>Art. 5º</b> A União não assumirá os riscos das atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento e produção decorrentes dos contratos de partilha de produção.				
	<b>Art. 6º</b> Os custos e os investimentos necessários à execução do contrato de partilha de produção serão integralmente suportados pelo contratado, cabendo-lhe, no caso de descoberta comercial, a sua restituição nos termos do inciso II do art. 2º.				
	Parágrafo único. A União, por intermédio de fundo específico criado por lei, poderá participar dos investimentos nas atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento e				



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
	produção na área do pré-sal e em áreas estratégicas, caso em que assumirá os riscos correspondentes à sua participação, nos termos do respectivo contrato.				
	<b>Art. 7º</b> Previamente à contratação sob o regime de partilha de produção, o Ministério de Minas e Energia, diretamente ou por meio da ANP, poderá promover a avaliação do potencial das áreas do pré-sal e das áreas estratégicas.				
	Parágrafo único. A Petrobras poderá ser contratada diretamente para realizar estudos exploratórios necessários à avaliação prevista no caput.				
	<b>Art. 8º</b> A União, por intermédio do Ministério de Minas e Energia, celebrará os contratos de partilha de produção:				
	I - diretamente com a Petrobras, dispensada a licitação; ou				



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
	II - mediante licitação na modalidade leilão.				
	§ 1º A gestão dos contratos previstos no caput caberá à empresa pública a ser criada com este propósito.				
	§ 2º A empresa pública de que trata o § 1º deste artigo não assumirá os riscos e não responderá pelos custos e investimentos referentes às atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento, produção e desativação das instalações de exploração e produção decorrentes dos contratos de partilha de produção.				
	Seção II Das Competências do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE				
	<b>Art. 9º</b> O Conselho Nacional de Política Energética - CNPE tem como competências, entre outras definidas na legislação, propor ao Presidente da República:				



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
	I - o ritmo de contratação dos blocos sob o regime de partilha de produção, observando-se a política energética e o desenvolvimento e a capacidade da indústria nacional para o fornecimento de bens e serviços;				
	II - os blocos que serão destinados à contratação direta com a Petrobras sob o regime de partilha de produção;				
	III - os blocos que serão objeto de leilão para contratação sob o regime de partilha de produção;				
	IV - os parâmetros técnicos e econômicos dos contratos de partilha de produção;				
	V - a delimitação de outras regiões a serem classificadas como área do pré-sal e áreas a serem classificadas como estratégicas, conforme a evolução do conhecimento geológico;				
	VI - a política de				



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
	comercialização do petróleo destinado à União nos contratos de partilha de produção; e				
	VII - a política de comercialização do gás natural proveniente dos contratos de partilha de produção, observada a prioridade de abastecimento do mercado nacional.				
	Seção III Das Competências do Ministério de Minas e Energia				
	Art. 10. Caberá ao Ministério de Minas e Energia, entre outras competências:				
	I - planejar o aproveitamento do petróleo e do gás natural;				
	II - propor ao CNPE, ouvida a ANP, a definição dos blocos que serão objeto de concessão ou de partilha de produção;				
	III - propor ao CNPE os seguintes parâmetros técnicos e econômicos dos contratos de partilha de				



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
	produção:				
	a) os critérios para definição do excedente em óleo da União;				
	b) o percentual mínimo do excedente em óleo da União;				
	c) a participação mínima da Petrobras no consórcio previsto no art. 20, que não poderá ser inferior a 30% (trinta por cento);				
	d) os limites, prazos, critérios e condições para o cálculo e apropriação pelo contratado do custo em óleo e do volume da produção correspondente aos royalties devidos;				
	e) o conteúdo local mínimo e outros critérios relacionados ao desenvolvimento da indústria nacional; e				
	f) o valor do bônus de assinatura, bem como a parcela a ser destinada à empresa pública de que trata o § 1º do art. 8º;				
	IV - estabelecer as diretrizes a serem observadas pela ANP para				



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
	promoção da licitação prevista no inciso II do art. 8º, bem como para a elaboração das minutas dos editais e dos contratos de partilha de produção; e				
	V - aprovar as minutas dos editais de licitação e dos contratos de partilha de produção elaboradas pela ANP.				
	§ 1º Ao final de cada semestre, o Ministério de Minas e Energia emitirá relatório sobre as atividades relacionadas aos contratos de partilha de produção.				
	§ 2º O relatório será publicado até 30 (trinta) dias após o encerramento do semestre, assegurado amplo acesso ao público.				
	Seção IV Das Competências da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP				
	Art. 11. Caberá à ANP, entre outras competências definidas em lei:				
	I - promover estudos				



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
	técnicos para subsidiar o Ministério de Minas e Energia na delimitação dos blocos que serão objeto de contrato de partilha de produção;				
	II - elaborar e submeter à aprovação do Ministério de Minas e Energia as minutas dos contratos de partilha de produção e dos editais, no caso de licitação;				
	III - promover as licitações previstas no inciso II do art. 8º desta Lei;				
	IV - fazer cumprir as melhores práticas da indústria do petróleo;				
	V - analisar e aprovar, de acordo com o disposto no inciso IV deste artigo, os planos de exploração, de avaliação e de desenvolvimento da produção, bem como os programas anuais de trabalho e de produção relativos aos contratos de partilha de produção; e				





## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
	VI - regular e fiscalizar as atividades realizadas sob o regime de partilha de produção, nos termos do inciso VII do art. 8º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.				
	Seção V Da Contratação Direta				
	<b>Art. 12.</b> O CNPE proporá ao Presidente da República os casos em que, visando à preservação do interesse nacional e ao atendimento dos demais objetivos da política energética, a Petrobras será contratada diretamente pela União para a exploração e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção.				
	Parágrafo único. Os parâmetros da contratação prevista no caput serão propostos pelo CNPE, nos termos do inciso IV do art. 9º e do inciso III do art. 10, no que couber.				



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
	Seção VI Da Licitação				
	<b>Art. 13.</b> A licitação para a contratação sob o regime de partilha de produção obedecerá ao disposto nesta Lei, nas normas a serem expedidas pela ANP e no respectivo edital.				
	<b>Art. 14.</b> A Petrobras poderá participar da licitação prevista no inciso II do art. 8º para ampliar a sua participação mínima definida nos termos da alínea c do inciso III do art. 10.				
	Subseção I Do Edital de Licitação				
	<b>Art. 15.</b> O edital de licitação será acompanhado da minuta básica do respectivo contrato e indicará, obrigatoriamente:				
	I - o bloco objeto do contrato de partilha de produção;				
	II - o critério de julgamento da licitação, nos termos do art. 18;				



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
	III - o percentual mínimo do excedente em óleo da União;				
	IV - a formação do consórcio previsto no art. 20 e a respectiva participação mínima da Petrobras;				
	V - os limites, prazos, critérios e condições para o cálculo e apropriação pelo contratado do custo em óleo e do volume da produção correspondente aos royalties devidos;				
	VI - os critérios para definição do excedente em óleo do contratado;				
	VII - o programa exploratório mínimo e os investimentos estimados correspondentes;				
	VIII - o conteúdo local mínimo e outros critérios relacionados ao desenvolvimento da indústria nacional;				
	IX - o valor do bônus de assinatura, bem como a parcela a ser destinada à empresa pública de que trata o § 1º do art. 8º;				



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
	X - as regras e as fases da licitação;				
	XI - as regras aplicáveis à participação conjunta de empresas na licitação;				
	XII - a relação de documentos exigidos e os critérios de habilitação técnica, jurídica, econômico-financeira e fiscal dos licitantes;				
	XIII - a garantia a ser apresentada pelo licitante para sua habilitação;				
	XIV - o prazo, o local e o horário em que serão fornecidos aos licitantes os dados, estudos e demais elementos e informações necessários à elaboração das propostas, bem como o custo de sua aquisição; e				
	XV - o local, o horário e a forma para apresentação das propostas.				
	<b>Art. 16.</b> Quando permitida a participação conjunta de empresas na licitação, o edital conterà, entre outras, as seguintes exigências:				



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
	I - comprovação de compromisso, público ou particular, de constituição do consórcio previsto no art. 20, subscrito pelas proponentes;				
	II - indicação da empresa responsável no processo licitatório, sem prejuízo da responsabilidade solidária das demais proponentes;				
	III - apresentação, por parte de cada uma das empresas proponentes, dos documentos exigidos para efeito de avaliação da qualificação técnica e econômico-financeira do consórcio a ser constituído; e				
	IV - proibição de participação de uma mesma empresa, conjunta ou isoladamente, em mais de uma proposta na licitação de um mesmo bloco.				
	<b>Art. 17.</b> O edital conterà a exigência de que a empresa estrangeira que concorrer, em conjunto com outras empresas ou				



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
	isoladamente, deverá apresentar com sua proposta, em envelope separado:				
	I - prova de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal;				
	II - inteiro teor dos atos constitutivos e prova de se encontrar organizada e em funcionamento regular, conforme a lei de seu país;				
	III - designação de um representante legal perante a ANP, com poderes especiais para a prática de atos e assunção de responsabilidades relativamente à licitação e à proposta apresentada; e				
	IV - compromisso de constituir empresa segundo as leis brasileiras, com sede e administração no Brasil, caso seja vencedora da licitação.				
	Subseção II Do Julgamento da Licitação				



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
	<b>Art. 18.</b> O julgamento da licitação identificará a proposta mais vantajosa segundo o critério da oferta de maior excedente em óleo para a União, respeitado o percentual mínimo definido nos termos da alínea <i>b</i> do inciso III do art. 10.				
	Seção VII Do Consórcio				
	<b>Art. 19.</b> A Petrobras, quando contratada diretamente ou no caso de ser vencedora isolada da licitação, deverá constituir consórcio com a empresa pública de que trata o § 1º do art. 8º desta Lei, na forma do disposto no art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.				
	<b>Art. 20.</b> O licitante vencedor deverá constituir consórcio com a Petrobras e com a empresa pública de que trata o § 1º do art. 8º desta Lei, na forma do disposto no art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.				
	§ 1º A participação da				



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
	Petrobras no consórcio implicará sua adesão às regras do edital e à proposta vencedora.				
	§ 2º Os direitos e as obrigações patrimoniais da Petrobras e dos demais contratados serão proporcionais à sua participação no consórcio.				
	§ 3º O contrato de constituição de consórcio deverá indicar a Petrobras como responsável pela execução do contrato, sem prejuízo da responsabilidade solidária das consorciadas perante o contratante ou terceiros, observado o disposto no § 2º do art. 8º desta Lei.				
	<b>Art. 21.</b> A empresa pública de que trata o § 1º do art. 8º integrará o consórcio como representante dos interesses da União no contrato de partilha de produção.				
	<b>Art. 22.</b> A administração do consórcio caberá ao seu comitê operacional.				





## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
	<b>Art. 23.</b> O comitê operacional será composto por representantes da empresa pública de que trata o § 1º do art. 8º e dos demais consorciados.				
	Parágrafo único. A empresa pública de que trata o § 1º do art. 8º indicará a metade dos integrantes do comitê operacional, inclusive o seu presidente, cabendo aos demais consorciados a indicação dos outros integrantes.				
	<b>Art. 24.</b> Caberá ao comitê operacional:				
	I - definir os planos de exploração, a serem submetidos à análise e à aprovação da ANP;				
	II - definir o plano de avaliação de descoberta de jazida de petróleo e de gás natural a ser submetido à análise e à aprovação da ANP;				
	III - declarar a comercialidade de cada jazida descoberta e definir				



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
	o plano de desenvolvimento da produção do campo, a ser submetido à análise e à aprovação da ANP;				
	IV - definir os programas anuais de trabalho e de produção, a serem submetidos à análise e à aprovação da ANP;				
	V - analisar e aprovar os orçamentos relacionados às atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento e produção previstas no contrato;				
	VI - supervisionar as operações e aprovar a contabilização dos custos realizados;				
	VII - definir os termos do acordo de individualização da produção a ser firmado com o titular da área adjacente, observado o disposto no Capítulo IV desta Lei; e				
	VIII - outras atribuições definidas no contrato de partilha de produção.				



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
	<b>Art. 25.</b> O presidente do comitê operacional terá poder de veto e voto de qualidade, conforme previsto no contrato de partilha de produção.				
	<b>Art. 26.</b> A assinatura do contrato de partilha de produção ficará condicionada à comprovação do arquivamento do instrumento constitutivo do consórcio no Registro do Comércio do lugar de sua sede.				
	Seção VIII Do Contrato de Partilha de Produção				
	<b>Art. 27.</b> O contrato de partilha de produção preverá 2 (duas) fases:				
	I - a de exploração, que incluirá as atividades de avaliação de eventual descoberta de petróleo ou gás natural, para determinação de sua comercialidade; e				
	II - a de produção, que incluirá as atividades de desenvolvimento.				



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
	<b>Art. 28.</b> O contrato de partilha de produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos não se estende a qualquer outro recurso natural, ficando o operador obrigado a informar a sua descoberta, nos termos do inciso I do art. 30.				
	<b>Art. 29.</b> São cláusulas essenciais do contrato de partilha de produção:				
	I - a definição do bloco objeto do contrato;				
	II - a obrigação de o contratado assumir os riscos das atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento e produção;				
	III - a indicação das garantias a serem prestadas pelo contratado;				
	IV - o direito do contratado à apropriação do custo em óleo, exigível unicamente em caso de descoberta comercial;				
	V - os limites, prazos, critérios e condições para				



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
	o cálculo e apropriação pelo contratado do custo em óleo e do volume da produção correspondente aos royalties devidos;				
	VI - os critérios para cálculo do valor do petróleo ou do gás natural, em função dos preços de mercado, da especificação do produto e da localização do campo;				
	VII - as regras e os prazos para a repartição do excedente em óleo, podendo incluir critérios relacionados à eficiência econômica, à rentabilidade, ao volume de produção e à variação do preço do petróleo e do gás natural, observado o percentual estabelecido segundo o disposto no art. 18;				
	VIII - as atribuições, a composição, o funcionamento e a forma de tomada de decisões e de solução de controvérsias no âmbito				



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
	do comitê operacional;				
	IX - as regras de contabilização, bem como os procedimentos para acompanhamento e controle das atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento e produção;				
	X - as regras para a realização de atividades, por conta e risco do contratado, que não implicarão qualquer obrigação para a União ou contabilização no valor do custo em óleo;				
	XI - o prazo de duração da fase de exploração e as condições para sua prorrogação;				
	XII - o programa exploratório mínimo e as condições para sua revisão;				
	XIII - os critérios para formulação e revisão dos planos de exploração e de desenvolvimento da produção, bem como dos respectivos planos de				



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
	trabalho, incluindo os pontos de medição e de partilha de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos produzidos;				
	XIV - a obrigatoriedade de o contratado fornecer à ANP e à empresa pública de que trata o § 1º do art. 8º relatórios, dados e informações relativos à execução do contrato;				
	XV - os critérios para devolução e desocupação de áreas pelo contratado, inclusive para a retirada de equipamentos e instalações e para a reversão de bens;				
	XVI - as penalidades aplicáveis em caso de inadimplemento das obrigações contratuais;				
	XVII - os procedimentos relacionados à cessão dos direitos e obrigações relativos ao contrato, conforme o disposto no art. 31;				
	XVIII - as regras sobre solução de controvérsias,				



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
	que poderão prever conciliação e arbitragem;				
	XIX - o prazo de vigência do contrato, limitado a 35 (trinta e cinco) anos, e as condições para a sua extinção;				
	XX - o valor e a forma de pagamento do bônus de assinatura;				
	XXI - a obrigatoriedade de apresentação de inventário periódico sobre as emissões de gases que provocam efeito estufa - GEF, ao qual se dará publicidade, inclusive com cópia ao Congresso Nacional;				
	XXII - a apresentação de plano de contingência relativo a acidentes por vazamento de petróleo, de gás natural, de outros hidrocarbonetos fluidos e seus derivados; e				
	XXIII - a obrigatoriedade da realização de auditoria ambiental de todo o processo operacional de retirada e distribuição de petróleo e gás oriundos do				





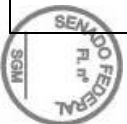
## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
	pré-sal.				
	<b>Art. 30.</b> A Petrobras, na condição de operadora do contrato de partilha de produção, deverá:				
	I - informar ao comitê operacional e à ANP, no prazo contratual, a descoberta de qualquer jazida de petróleo, de gás natural, de outros hidrocarbonetos fluidos ou de quaisquer minerais;				
	II - submeter à aprovação do comitê operacional o plano de avaliação de descoberta de jazida de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, para determinação de sua comercialidade;				
	III - realizar a avaliação da descoberta de jazida de petróleo e de gás natural nos termos do plano de avaliação aprovado pela ANP, apresentando relatório de comercialidade ao comitê operacional;				
	IV - submeter ao comitê operacional o plano de				



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
	desenvolvimento da produção do campo, bem como os planos de trabalho e de produção, contendo cronogramas e orçamentos;				
	V - adotar as melhores práticas da indústria do petróleo, obedecendo às normas e aos procedimentos técnicos e científicos pertinentes e utilizando técnicas apropriadas de recuperação, objetivando a racionalização da produção e o controle do declínio das reservas; e				
	VI - encaminhar ao comitê operacional todos os dados e documentos relativos às atividades realizadas.				
	<b>Art. 31.</b> A cessão dos direitos e obrigações relativos ao contrato de partilha de produção somente poderá ocorrer mediante prévia e expressa autorização do Ministério de Minas e Energia, ouvida a ANP, observadas as seguintes				



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
	condições:				
	I - preservação do objeto contratual e de suas condições;				
	II - atendimento, por parte do cessionário, dos requisitos técnicos, econômicos e jurídicos estabelecidos pelo Ministério de Minas e Energia; e				
	III - exercício do direito de preferência dos demais consorciados, na proporção de suas participações no consórcio.				
	Parágrafo único. A Petrobras somente poderá ceder a participação nos contratos de partilha de produção que obtiver como vencedora da licitação, nos termos do art. 14.				
	<b>Art. 32.</b> O contrato de partilha de produção extinguir-se-á:				
	I - pelo vencimento de seu prazo;				
	II - por acordo entre as partes;				



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
	III - pelos motivos de resolução nele previstos;				
	IV - ao término da fase de exploração, sem que tenha sido feita qualquer descoberta comercial, conforme definido no contrato;				
	V - pelo exercício do direito de desistência pelo contratado na fase de exploração, desde que cumprido o programa exploratório mínimo ou pago o valor correspondente à parcela não cumprida, conforme previsto no contrato; e				
	VI - pela recusa em firmar o acordo de individualização da produção, após decisão da ANP.				
	§ 1º A devolução de áreas não implicará obrigação de qualquer natureza para a União nem conferirá ao contratado qualquer direito de indenização pelos serviços e bens.				
	§ 2º Extinto o contrato de partilha de produção, o				



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
	contratado fará a remoção dos equipamentos e bens que não sejam objeto de reversão, ficando obrigado a reparar ou indenizar os danos decorrentes de suas atividades e a praticar os atos de recuperação ambiental determinados pelas autoridades competentes.				
	CAPÍTULO IV DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO				
	<b>Art. 33.</b> O procedimento de individualização da produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos deverá ser instaurado quando se identificar que a jazida se estende além do bloco concedido ou contratado sob o regime de partilha de produção.				
	§ 1º O concessionário ou o contratado sob o regime de partilha de produção deverá informar à ANP que a jazida será objeto de acordo de				



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
	individualização da produção.				
	§ 2º A ANP determinará o prazo para que os interessados celebrem o acordo de individualização da produção, observadas as diretrizes do CNPE.				
	<b>Art. 34.</b> A ANP regulará os procedimentos e as diretrizes para elaboração do acordo de individualização da produção, o qual estipulará:				
	I - a participação de cada uma das partes na jazida individualizada, bem como as hipóteses e os critérios de sua revisão;				
	II - o plano de desenvolvimento da área objeto de individualização da produção; e				
	III - os mecanismos de solução de controvérsias.				
	Parágrafo único. A ANP acompanhará a negociação entre os interessados sobre os termos do acordo de				



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
	individualização da produção.				
	<b>Art. 35.</b> O acordo de individualização da produção indicará o operador da respectiva jazida.				
	<b>Art. 36.</b> A União, representada pela empresa pública referida no § 1º do art. 8º e com base nas avaliações realizadas pela ANP, celebrará com os interessados, nos casos em que as jazidas da área do pré-sal e das áreas estratégicas se estendam por áreas não concedidas ou não partilhadas, acordo de individualização da produção, cujos termos e condições obrigarão o futuro concessionário ou contratado sob regime de partilha de produção.				
	§ 1º A ANP deverá fornecer à empresa pública referida no § 1º do art. 8º todas as informações necessárias para o acordo de individualização da				



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
	produção.				
	§ 2º O regime de exploração e produção a ser adotado nas áreas de que trata o caput independe do regime vigente nas áreas adjacentes.				
	<b>Art. 37.</b> A União, representada pela ANP, celebrará com os interessados, após as devidas avaliações, nos casos em que a jazida não se localize na área do pré-sal ou em áreas estratégicas e se estenda por áreas não concedidas, acordo de individualização da produção, cujos termos e condições obrigarão o futuro concessionário.				
	<b>Art. 38.</b> A ANP poderá contratar diretamente a Petrobras para realizar as atividades de avaliação das jazidas previstas nos arts. 36 e 37.				
	<b>Art. 39.</b> Os acordos de individualização da produção serão submetidos à prévia				





## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
	aprovação da ANP.				
	Parágrafo único. A ANP deverá se manifestar em até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento da proposta de acordo.				
	<b>Art. 40.</b> Transcorrido o prazo de que trata o § 2º do art. 33 e não havendo acordo entre as partes, caberá à ANP determinar, em até 120 (cento e vinte) dias e com base em laudo técnico, a forma como serão apropriados os direitos e as obrigações sobre a jazida e notificar as partes para que firmem o respectivo acordo de individualização da produção.				
	Parágrafo único. A recusa de uma das partes em firmar o acordo de individualização da produção implicará resolução dos contratos de concessão ou de partilha de produção.				
	<b>Art. 41.</b> O desenvolvimento e a produção da jazida ficarão suspensos enquanto não				



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
	aprovado o acordo de individualização da produção, exceto nos casos autorizados e sob as condições definidas pela ANP.				
			<b>Art. 2º</b> A Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte nova redação para o art. 42 e com os seguintes novos arts. 42-A, 42-B e 42-C:		Art. 1º A Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:
	CAPÍTULO V DAS RECEITAS GOVERNAMENTAIS NO REGIME DE PARTILHA DE PRODUÇÃO				
	<b>Art. 42.</b> O regime de partilha de produção terá as seguintes receitas governamentais: I - royalties; e II - bônus de assinatura.		<b>Art. 42.</b> .....		
	§ 1º Os royalties correspondem à compensação financeira pela exploração de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos de que trata o § 1º do art. 20 da Constituição		§ 1º Os royalties, com alíquota de 15% (quinze por cento) do valor da produção, correspondem à compensação financeira pela exploração do petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos		



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
	Federal, vedada sua inclusão no cálculo do custo em óleo.		líquidos de que trata o § 1º do art. 20 da Constituição Federal, sendo vedado, em qualquer hipótese, seu ressarcimento ao contratado e sua inclusão no cálculo do custo em óleo.		
	§ 2º O bônus de assinatura não integra o custo em óleo, corresponde a valor fixo devido à União pelo contratado e será estabelecido pelo contrato de partilha de produção, devendo ser pago no ato de sua assinatura.		§ 2º O bônus de assinatura não integra o custo em óleo e corresponde a valor fixo devido à União pelo contratado, devendo ser estabelecido pelo contrato de partilha de produção e pago no ato da sua assinatura, sendo vedado, em qualquer hipótese, seu ressarcimento ao contratado.” (NR)		
			“Art. 42-A. Os royalties serão pagos mensalmente pelo contratado em moeda nacional, e incidirão sobre a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, calculados a partir da data de início da produção comercial.		
			§ 1º Os critérios para o		



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
			cálculo do valor dos royalties serão estabelecidos em ato do Poder Executivo, em função dos preços de mercado do petróleo, do gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, das especificações do produto e da localização do campo.		
			§ 2º A queima de gás em flares, em prejuízo de sua comercialização, e a perda de produto ocorrida sob a responsabilidade do contratado serão incluídas no volume total da produção a ser computada para cálculo dos royalties, sob os regimes de concessão e partilha, e para cálculo da participação especial, devida sob regime de concessão.”		
			“ <b>Art. 42-B.</b> Os royalties devidos em função da produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção serão		“ <b>Art. 42-B.</b> ..... .....



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
			distribuídos da seguinte forma:		
			I - quando a produção ocorrer em terra, rios, lagos, ilhas lacustres ou fluviais:		
			a) 20% (vinte por cento) para os Estados ou o Distrito Federal, se for o caso, produtores;		
			b) 10% (dez por cento) para os Municípios produtores;		
			c) 5% (cinco por cento) para os Municípios afetados por operações de embarque e desembarque de petróleo, gás natural e outro hidrocarboneto fluido, na forma e critérios estabelecidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP);		
			d) 25% (vinte e cinco por cento) para constituição de fundo especial, a ser distribuído entre Estados e o Distrito Federal, se for o caso, de acordo com os seguintes critérios:		
			<b>1. (VETADO);</b>	1. os recursos serão	



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
				distribuídos somente para os Estados e, se for o caso, o Distrito Federal, que não tenham recebido recursos em decorrência do disposto na alínea “a” deste inciso, na alínea “a” do inciso II deste artigo, na alínea “a” do inciso II dos arts. 48 e 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e no inciso II do § 2º do art. 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997;”	
			2. o rateio dos recursos do fundo especial obedecerá às mesmas regras do rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE), de que trata o art. 159 da Constituição;		
			<b>3. (VETADO);</b>	3. o percentual que o FPE destina aos Estados e ao Distrito Federal, se for o caso, que serão excluídos do rateio dos recursos do fundo especial em decorrência do disposto no item 1 será redistribuído entre os	



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
				demais Estados e o Distrito Federal, se for o caso, proporcionalmente às suas participações no FPE;	
			<b>4. (VETADO);</b>	4. o Estado produtor ou confrontante, e o Distrito Federal, se for produtor, poderá optar por receber os recursos do fundo especial de que trata esta alínea, desde que não receba recursos em decorrência do disposto na alínea “a” deste inciso, na alínea “a” do inciso II deste artigo, na alínea “a” do inciso II dos arts. 48 e 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e no inciso II do § 2º do art. 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997;	
			<b>5. (VETADO);</b>	5. os recursos que Estados produtores ou confrontantes, ou que o Distrito Federal, se for o caso, tenham deixado de arrecadar em função da opção prevista no item 4 serão adicionados aos recursos do fundo especial de que trata esta alínea;	



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
			e) 25% (vinte e cinco por cento) para constituição de fundo especial, a ser distribuído entre os Municípios de acordo com os seguintes critérios:		
			<b>1. (VETADO);</b>	1. os recursos serão distribuídos somente para os Municípios que não tenham recebido recursos em decorrência do disposto nas alíneas “b” e “c” deste inciso e do inciso II deste artigo, nas alíneas “b” e “c” do inciso II dos arts. 48 e 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e no inciso III do § 2º do art. 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997;	
			2. o rateio dos recursos do fundo especial obedecerá às mesmas regras do rateio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), de que trata o art. 159 da Constituição;		
			<b>3. (VETADO);</b>	3. o percentual que o FPM destina aos Municípios que serão	





## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
				excluídos do rateio dos recursos do fundo especial em decorrência do disposto no item 1 será redistribuído entre Municípios proporcionalmente às suas participações no FPM;	
			<b>4. (VETADO);</b>	4. o Município produtor ou confrontante poderá optar por receber os recursos do fundo especial de que trata esta alínea, desde que não receba recursos em decorrência do disposto nas alíneas “b” e “c” deste inciso e do inciso II deste artigo, nas alíneas “b” e “c” do inciso II dos arts. 48 e 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e no inciso III do § 2º do art. 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997;	
			<b>5. (VETADO);</b>	5. os recursos que Municípios produtores ou confrontantes tenham deixado de arrecadar em função da opção prevista no item 4 serão adicionados aos recursos do fundo especial de que	



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
				trata esta alínea;	
			f) 15% (quinze por cento) para a União, a ser destinado ao Fundo Social, instituído por esta Lei, deduzidas as parcelas destinadas aos órgãos específicos da Administração Direta da União, nos termos do regulamento do Poder Executivo;		
			II - quando a produção ocorrer na plataforma continental, no mar territorial ou na zona econômica exclusiva:		II -..... .....
			a) 22% (vinte e dois por cento) para os Estados confrontantes;		
			b) 5% (cinco por cento) para os Municípios confrontantes;		
			c) 2% (dois por cento) para os Municípios afetados por operações de embarque e desembarque de petróleo, gás natural e outro hidrocarboneto fluido, na forma e critérios estabelecidos pela ANP;		



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
			d) 24,5% (vinte e quatro inteiros e cinco décimos por cento) para constituição de fundo especial, a ser distribuído entre Estados e o Distrito Federal, se for o caso, de acordo com os seguintes critérios:		
			<b>1. (VETADO);</b>	1. os recursos serão distribuídos somente para os Estados e, se for o caso, o Distrito Federal, que não tenham recebido recursos em decorrência do disposto na alínea “a” do inciso I e deste inciso II, na alínea “a” do inciso II dos arts. 48 e 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e no inciso II do § 2º do art. 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997;	
			2. o rateio dos recursos do fundo especial obedecerá às mesmas regras do rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE), de que trata o art. 159 da Constituição;		



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
			<b>3. (VETADO);</b>	3. o percentual que o FPE destina aos Estados e ao Distrito Federal, se for o caso, que serão excluídos do rateio dos recursos do fundo especial em decorrência do disposto no item 1 será redistribuído entre os demais Estados e o Distrito Federal, se for o caso, proporcionalmente às suas participações no FPE;	
			<b>4. (VETADO);</b>	4. o Estado produtor ou confrontante, e o Distrito Federal, se for produtor, poderá optar por receber os recursos do fundo especial de que trata esta alínea, desde que não receba recursos em decorrência do disposto na alínea “a” do inciso I e deste inciso II, na alínea “a” do inciso II dos arts. 48 e 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e no inciso II do § 2º do art. 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997;	
			<b>5. (VETADO);</b>	5. os recursos que Estados produtores ou	



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
				confrontantes, ou que o Distrito Federal, se for o caso, tenham deixado de arrecadar em função da opção prevista no item 4 serão adicionados aos recursos do fundo especial de que trata esta alínea;	
			e) 24,5% (vinte e quatro inteiros e cinco décimos por cento) para constituição de fundo especial, a ser distribuído entre os Municípios de acordo com os seguintes critérios:		
			<b>1. (VETADO);</b>	1. os recursos serão distribuídos somente para os Municípios que não tenham recebido recursos em decorrência do disposto nas alíneas “b” e “c” do inciso I e deste inciso II, nas alíneas “b” e “c” do inciso II dos arts. 48 e 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e no inciso III do § 2º do art. 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997;	
			2. o rateio dos recursos do fundo especial obedecerá às mesmas		



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
			regras do rateio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), de que trata o art. 159 da Constituição;		
			<b>3. (VETADO);</b>	3. o percentual que o FPM destina aos Municípios que serão excluídos do rateio dos recursos do fundo especial em decorrência do disposto no item 1 será redistribuído entre Municípios proporcionalmente às suas participações no FPM;	
			<b>4. (VETADO);</b>	4. o Município produtor ou confrontante poderá optar por receber os recursos do fundo especial de que trata esta alínea, desde que não receba recursos em decorrência do disposto nas alíneas “b” e “c” do inciso I e deste inciso II, nas alíneas “b” e “c” do inciso II dos arts. 48 e 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e no inciso III do § 2º do art. 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997;	



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
			<b>5. (VETADO);</b>	5. os recursos que Municípios produtores ou confrontantes tenham deixado de arrecadar em função da opção prevista no item 4 serão adicionados aos recursos do fundo especial de que trata esta alínea;	
			f) 22% (vinte e dois por cento) para a União, a ser destinado ao Fundo Social, instituído por esta Lei, deduzidas as parcelas destinadas aos órgãos específicos da Administração Direta da União, nos termos do regulamento do Poder Executivo.		f) vinte e dois por cento para a União, a ser destinado ao Fundo Social. .....” (NR)
			<b>§ 1º (VETADO).</b>	§ 1º A soma dos valores referentes aos royalties devidos aos Municípios nos termos das alíneas “b” e “c” dos incisos I e II deste artigo, com os royalties devidos nos termos das alíneas “b” e “c” dos incisos I e II dos arts. 48 e 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, com a participação especial devida nos	



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
				termos do inciso III do § 2º do art. 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, ficarão limitados ao maior dos seguintes valores:	
				I - os valores que o Município recebeu a título de royalties e participação especial em 2011;	
				II - 2 (duas) vezes o valor <b>per capita</b> distribuído pelo FPM, calculado em nível nacional, multiplicado pela população do Município.	
			<b>§ 2º (VETADO).</b>	§ 2º A parcela dos royalties de que trata este artigo que contribuiu para o valor que exceder o limite de pagamentos aos Municípios em decorrência do disposto no § 1º será transferida para o fundo especial de que trata a alínea “e” dos incisos I e II.	
			<b>§ 3º (VETADO).</b>	§ 3º Os pontos de entrega às concessionárias de gás natural produzido no País serão considerados instalações de embarque e desembarque, para fins de	





## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
				pagamento de <b>royalties</b> aos Municípios afetados por essas operações, em razão do disposto na alínea “c” dos incisos I e II.	
			<b>§ 4º (VETADO).</b>	§ 4º A opção dos Estados, Distrito Federal e Municípios de que trata o item 4 das alíneas “d” e “e” dos incisos I e II poderá ser feita após conhecido o valor dos royalties e da participação especial a serem distribuídos, nos termos do regulamento.	
			<b>“Art. 42-C. (VETADO).”</b>	<b>Art. 42-C.</b> Os recursos do fundo especial de que tratam os incisos I e II do caput do art. 42-B terão a destinação prevista no art. 50-E da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.	
	<b>Art. 43.</b> O contrato de partilha de produção, quando o bloco se localizar em terra, conterà cláusula determinando o pagamento, em moeda nacional, de participação equivalente a até 1% (um por cento) do valor da				



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
	produção de petróleo ou gás natural aos proprietários da terra onde se localiza o bloco.				
	§ 1º A participação a que se refere o caput será distribuída na proporção da produção realizada nas propriedades regularmente demarcadas na superfície do bloco, vedada a sua inclusão no cálculo do custo em óleo.				
	§ 2º O cálculo da participação de terceiro de que trata o caput será efetivado pela ANP.				
	Art. 44. Não se aplicará o disposto no art. 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, aos contratos de partilha de produção.				
	CAPÍTULO VI DA COMERCIALIZAÇÃO DO PETRÓLEO, DO GÁS NATURAL E DE OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS DA UNIÃO				
	<b>Art. 45.</b> O petróleo, o gás natural e outros				



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
	hidrocarbonetos fluidos destinados à União serão comercializados de acordo com as normas do direito privado, dispensada a licitação, segundo a política de comercialização referida nos incisos VI e VII do art. 9º.				
	Parágrafo único. A empresa pública de que trata o § 1º do art. 8º, representando a União, poderá contratar diretamente a Petrobras, dispensada a licitação, como agente comercializador do petróleo, do gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos referidos no caput.				
	<b>Art. 46.</b> A receita advinda da comercialização referida no art. 45 será destinada ao Fundo Social, conforme dispõem os arts. 47 a 60.				
	CAPÍTULO VII DO FUNDO SOCIAL - FS				
	Seção I				



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
	Da Definição e Objetivos do Fundo Social - FS				
	<b>Art. 47.</b> É criado o Fundo Social - FS, de natureza contábil e financeira, vinculado à Presidência da República, com a finalidade de constituir fonte de recursos para o desenvolvimento social e regional, na forma de programas e projetos nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento:				“Art 47. .... .....
	I - da educação;				
	II - da cultura;				
	III - do esporte;				
	IV - da saúde pública;				
	V - da ciência e tecnologia;				
	VI - do meio ambiente; e				
	VII - de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.				
	§ 1º Os programas e projetos de que trata o caput observarão o plano plurianual - PPA, a lei de diretrizes orçamentárias - LDO e as respectivas				



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
	dotações consignadas na lei orçamentária anual - LOA.				
	<b>§ 2º (VETADO)</b>	§ 2º Do total da receita a que se refere o art. 51 auferida pelo Fundo de que trata o caput 50% (cinquenta por cento) devem ser aplicados em programas direcionados ao desenvolvimento da educação pública, básica e superior, sendo o mínimo de 80% (oitenta por cento) destinado à educação básica e infantil.			§ 3º Do total do resultado a que se refere o caput do art. 51 auferido pelo FS, cinquenta por cento deve ser aplicado obrigatoriamente em programas e projetos direcionados ao desenvolvimento da educação, na forma do regulamento.” (NR)
	<b>Art. 48.</b> O FS tem por objetivos:				
	I - constituir poupança pública de longo prazo com base nas receitas auferidas pela União;				
	II - oferecer fonte de recursos para o desenvolvimento social e regional, na forma prevista no art. 47; e				
	III - mitigar as flutuações de renda e de preços na economia nacional, decorrentes das variações na renda gerada pelas				



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
	atividades de produção e exploração de petróleo e de outros recursos não renováveis.				
	Parágrafo único. É vedado ao FS, direta ou indiretamente, conceder garantias.				
	Seção II Dos Recursos do Fundo Social - FS				
	<b>Art. 49.</b> Constituem recursos do FS:				
	I - parcela do valor do bônus de assinatura destinada ao FS pelos contratos de partilha de produção;				
	II - parcela dos royalties que cabe à União, deduzidas aquelas destinadas aos seus órgãos específicos, conforme estabelecido nos contratos de partilha de produção, na forma do regulamento;				
	III - receita advinda da comercialização de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos da União, conforme definido em lei;				



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
	IV - os royalties e a participação especial das áreas localizadas no pré-sal contratadas sob o regime de concessão destinados à administração direta da União, observado o disposto nos §§ 1º e 2º deste artigo;				
	V - os resultados de aplicações financeiras sobre suas disponibilidades; e				
	VI - outros recursos destinados ao FS por lei.				
	§ 1º A Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:				
Art. 49. A parcela do valor do <i>royalty</i> que exceder a cinco por cento da produção terá a seguinte distribuição: ..... § 2º O Ministério da Ciência e Tecnologia administrará os programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico previstos	“Art. 49. .... .....				



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
no <i>caput</i> deste artigo, com o apoio técnico da ANP, no cumprimento do disposto no inciso X do art. 8º, e mediante convênios com as universidades e os centros de pesquisa do País, segundo normas a serem definidas em decreto do Presidente da República.					
	§ 3º Nas áreas localizadas no pré-sal contratadas sob o regime de concessão, a parcela dos royalties que cabe à administração direta da União será destinada integralmente ao fundo de natureza contábil e financeira, criado por lei específica, com a finalidade de constituir fonte de recursos para o desenvolvimento social e regional, na forma de programas e projetos nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento da educação, da cultura, do esporte, da saúde pública, da ciência e tecnologia, do				<b>O inciso I do art. 3º da MPV revoga o § 3º do art. 49 da Lei nº 9.478/1997.</b>





## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
	meio ambiente e de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, vedada sua destinação aos órgãos específicos de que trata este artigo.” (NR)				
Art. 50. O edital e o contrato estabelecerão que, nos casos de grande volume de produção, ou de grande rentabilidade, haverá o pagamento de uma participação especial, a ser regulamentada em decreto do Presidente da República.  ..... § 3º Os estudos a que se refere o inciso II do parágrafo anterior serão desenvolvidos pelo Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, com o apoio técnico da ANP, no cumprimento do disposto no inciso IX do art. 8º. <b>(Revogado pela Lei nº 12.114, de 2009)</b>	“Art. 50. .... .....				
	§ 4º Nas áreas localizadas no pré-sal contratadas sob o regime de concessão, a				<b>O inciso II do art. 3º da MPV revoga o § 4º do art. 50 da Lei nº</b>



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
	parcela da participação especial que cabe à administração direta da União será destinada integralmente ao fundo de natureza contábil e financeira, criado por lei específica, com a finalidade de constituir fonte de recursos para o desenvolvimento social e regional, na forma de programas e projetos nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento da educação, da cultura, do esporte, da saúde pública, da ciência e tecnologia, do meio ambiente e de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, vedada sua destinação aos órgãos específicos de que trata este artigo.” (NR)				9.478/1997.
	§ 2º O cumprimento do disposto no § 1º deste artigo obedecerá a regra de transição, a critério do Poder Executivo, estabelecida na forma do regulamento. <b>(Revogado pela Medida Provisória</b>				<b>O inciso III do art. 3º da MPV revoga o § 2º do art. 49 da Lei nº 12.351/2010.</b>



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
	<b>nº 592, 2012)</b>				
	Seção III Da Política de Investimentos do Fundo Social				
	<b>Art. 50.</b> A política de investimentos do FS tem por objetivo buscar a rentabilidade, a segurança e a liquidez de suas aplicações e assegurar sua sustentabilidade econômica e financeira para o cumprimento das finalidades definidas nos arts. 47 e 48.				
	Parágrafo único. Os investimentos e aplicações do FS serão destinados preferencialmente a ativos no exterior, com a finalidade de mitigar a volatilidade de renda e de preços na economia nacional.				
	<b>Art. 51.</b> Os recursos do FS para aplicação nos programas e projetos a que se refere o art. 47 deverão ser os resultantes do retorno sobre o capital.				



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
	Parágrafo único. Constituído o FS e garantida a sua sustentabilidade econômica e financeira, o Poder Executivo, na forma da lei, poderá propor o uso de percentual de recursos do principal para a aplicação nas finalidades previstas no art. 47, na etapa inicial de formação de poupança do fundo.				
	<b>Art. 52.</b> A política de investimentos do FS será definida pelo Comitê de Gestão Financeira do Fundo Social - CGFFS.				
	§ 1º O CGFFS terá sua composição e funcionamento estabelecidos em ato do Poder Executivo, assegurada a participação do Ministro de Estado da Fazenda, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Presidente do Banco Central do Brasil.				
	§ 2º Aos membros do CGFFS não cabe qualquer				



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
	tipo de remuneração pelo desempenho de suas funções.				
	§ 3º As despesas relativas à operacionalização do CGFFS serão custeadas pelo FS.				
	Art. 53. Cabe ao CGFFS definir:				
	I - o montante a ser resgatado anualmente do FS, assegurada sua sustentabilidade financeira;				
	II - a rentabilidade mínima esperada;				
	III - o tipo e o nível de risco que poderão ser assumidos na realização dos investimentos, bem como as condições para que o nível de risco seja minimizado;				
	IV - os percentuais, mínimo e máximo, de recursos a serem investidos no exterior e no País;				
	V - a capitalização mínima a ser atingida antes de qualquer transferência para as				



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
	finalidades e os objetivos definidos nesta Lei.				
	<b>Art. 54.</b> A União, a critério do CGFFS, poderá contratar instituições financeiras federais para atuarem como agentes operadores do FS, as quais farão jus a remuneração pelos serviços prestados.				
	<b>Art. 55.</b> A União poderá participar, com recursos do FS, como cotista única, de fundo de investimento específico.				
	Parágrafo único. O fundo de investimento específico de que trata este artigo deve ser constituído por instituição financeira federal, observadas as normas a que se refere o inciso XXII do art. 4º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.				
	<b>Art. 56.</b> O fundo de investimento de que trata o art. 55 deverá ter natureza privada e patrimônio próprio separado do patrimônio				



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
	do cotista e do administrador, sujeitando-se a direitos e obrigações próprias.				
	§ 1º A integralização das cotas do fundo de investimento será autorizada em ato do Poder Executivo, ouvido o CGFFS.				
	§ 2º O fundo de investimento terá por finalidade promover a aplicação em ativos no Brasil e no exterior.				
	§ 3º O fundo de investimento responderá por suas obrigações com os bens e direitos integrantes de seu patrimônio, ficando o cotista obrigado somente pela integralização das cotas que subscrever.				
	§ 4º A dissolução do fundo de investimento dar-se-á na forma de seu estatuto, e seus recursos retornarão ao FS.				
	§ 5º Sobre as operações de crédito, câmbio e seguro e sobre				



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
	rendimentos e lucros do fundo de investimento não incidirá qualquer imposto ou contribuição social de competência da União.				
	§ 6º O fundo de investimento deverá elaborar os demonstrativos contábeis de acordo com a legislação em vigor e conforme o estabelecido no seu estatuto.				
	<b>Art. 57.</b> O estatuto do fundo de investimento definirá, inclusive, as políticas de aplicação, critérios e níveis de rentabilidade e de risco, questões operacionais da gestão administrativa e financeira e regras de supervisão prudencial de investimentos.				
	Seção IV Da Gestão do Fundo Social				
	<b>Art. 58.</b> É criado o Conselho Deliberativo do Fundo Social - CDFS, com a atribuição de propor ao Poder Executivo, ouvidos os				





## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
	Ministérios afins, a prioridade e a destinação dos recursos resgatados do FS para as finalidades estabelecidas no art. 47, observados o PPA, a LDO e a LOA.				
	§ 1º A composição, as competências e o funcionamento do CDFS serão estabelecidos em ato do Poder Executivo.				
	§ 2º Aos membros do CDFS não cabe qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas funções.				
	§ 3º A destinação de recursos para os programas e projetos definidos como prioritários pelo CDFS é condicionada à prévia fixação de metas, prazo de execução e planos de avaliação, em coerência com as disposições estabelecidas no PPA.				
	§ 4º O CDFS deverá submeter os programas e projetos a criteriosa avaliação quantitativa e qualitativa durante todas				



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
	as fases de execução, monitorando os impactos efetivos sobre a população e nas regiões de intervenção, com o apoio de instituições públicas e universitárias de pesquisa.				
	§ 5º Os recursos do FS destinados aos programas e projetos de que trata o art. 47 devem observar critérios de redução das desigualdades regionais.				
	<b>Art. 59.</b> As demonstrações contábeis e os resultados das aplicações do FS serão elaborados e apurados semestralmente, nos termos previstos pelo órgão central de contabilidade de que trata o inciso I do art. 17 da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001.				
	Parágrafo único. Ato do Poder Executivo definirá as regras de supervisão do FS, sem prejuízo da fiscalização dos entes competentes.				
	<b>Art. 60.</b> O Poder Executivo encaminhará				



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
	trimestralmente ao Congresso Nacional relatório de desempenho do FS, conforme disposto em regulamento do Fundo.				
	CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS				
	Art. 61. Aplicam-se às atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento e produção de que trata esta Lei os regimes aduaneiros especiais e os incentivos fiscais aplicáveis à indústria de petróleo no Brasil.				
	Art. 62. A Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:				
Art. 2º Fica criado o Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, vinculado à Presidência da República e presidido pelo Ministro de Estado de Minas e Energia, com a atribuição de propor ao Presidente da República políticas	“Art. 2º ..... .....”				



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
nacionais e medidas específicas destinadas a: ..... VII - estabelecer diretrizes para o uso de gás natural como matéria-prima em processos produtivos industriais, mediante a regulamentação de condições e critérios específicos, que visem a sua utilização eficiente e compatível com os mercados interno e externos.					
	VIII - definir os blocos a serem objeto de concessão ou partilha de produção;				
IX - definir a estratégia e a política de desenvolvimento econômico e tecnológico da indústria de petróleo, de gás natural, de outros hidrocarbonetos fluidos e de biocombustíveis, bem como da sua cadeia de suprimento; <b>(Redação dada pela Lei nº 12.490, de 2011 – REDAÇÃO ATUAL)</b>	IX – definir a estratégia e a política de desenvolvimento econômico e tecnológico da indústria de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, bem como da sua cadeia de suprimento;				
	X – induzir o incremento dos índices mínimos de				



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
	conteúdo local de bens e serviços, a serem observados em licitações e contratos de concessão e de partilha de produção, observado o disposto no inciso IX.				
.....	.....” (NR)				
Art. 5º As atividades econômicas de que trata o artigo anterior serão reguladas e fiscalizadas pela União e poderão ser exercidas, mediante concessão ou autorização, por empresas constituídas sob as leis brasileiras, com sede e administração no País.	“Art. 5º As atividades econômicas de que trata o art. 4º desta Lei serão reguladas e fiscalizadas pela União e poderão ser exercidas, mediante concessão, autorização ou contratação sob o regime de partilha de produção, por empresas constituídas sob as leis brasileiras, com sede e administração no País.” (NR)				
Art. 8º A ANP terá como finalidade promover a regulação, a contratação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis, cabendo-lhe: .....	“Art. 8º ..... .....				
II - promover estudos visando à delimitação de	II - promover estudos visando à delimitação de				



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
blocos, para efeito de concessão das atividades de exploração, desenvolvimento e produção;	blocos, para efeito de concessão ou contratação sob o regime de partilha de produção das atividades de exploração, desenvolvimento e produção; .....” (NR)				
Art. 21. Todos os direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural em território nacional, nele compreendidos a parte terrestre, o mar territorial, a plataforma continental e a zona econômica exclusiva, pertencem à União, cabendo sua administração à ANP.	“Art. 21. Todos os direitos de exploração e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos em território nacional, nele compreendidos a parte terrestre, o mar territorial, a plataforma continental e a zona econômica exclusiva, pertencem à União, cabendo sua administração à ANP, ressalvadas as competências de outros órgãos e entidades expressamente estabelecidas em lei.” (NR)				
Art. 22. O acervo técnico constituído pelos dados e informações sobre as bacias sedimentares brasileiras é também	“Art. 22. .... .....				



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
<p>considerado parte integrante dos recursos petrolíferos nacionais, cabendo à ANP sua coleta, manutenção e administração.</p> <p>.....</p> <p>§ 2º A ANP estabelecerá critérios para remuneração à PETROBRÁS pelos dados e informações referidos no parágrafo anterior e que venham a ser utilizados pelas partes interessadas, com fiel observância ao disposto no art. 117 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, com as alterações procedidas pela Lei nº 9.457, de 5 de maio de 1997.</p>					
	<p>§ 3º O Ministério de Minas e Energia terá acesso irrestrito e gratuito ao acervo a que se refere o caput deste artigo, com o objetivo de realizar estudos e planejamento setorial, mantido o sigilo a que esteja submetido, quando for o caso.” (NR)</p>				



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
Art. 23. As atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural serão exercidas mediante contratos de concessão, precedidos de licitação, na forma estabelecida nesta Lei. .....	“Art. 23. As atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural serão exercidas mediante contratos de concessão, precedidos de licitação, na forma estabelecida nesta Lei, ou sob o regime de partilha de produção nas áreas do pré-sal e nas áreas estratégicas, conforme legislação específica. .....” (NR)				
	<b>Art. 63.</b> Enquanto não for criada a empresa pública de que trata o § 1º do art. 8º, suas competências serão exercidas pela União, por intermédio da ANP, podendo ainda ser delegadas por meio de ato do Poder Executivo.				
	<b>Art. 64. (VETADO)</b>	Art. 64. Ressalvada a participação da União, bem como a destinação prevista na alínea <i>d</i> do inciso II do art. 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, a parcela restante			





## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
		dos royalties e participações especiais oriunda dos contratos de partilha de produção ou de concessão de que trata a mesma Lei, quando a lavra ocorrer na plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, será dividida entre Estados, Distrito Federal e Municípios da seguinte forma:			
		I - 50% (cinquenta por cento) para constituição de fundo especial a ser distribuído entre todos os Estados e Distrito Federal, de acordo com os critérios de repartição do Fundo de Participação dos Estados - FPE; e			
		II - 50% (cinquenta por cento) para constituição de fundo especial a ser distribuído entre todos os Municípios, de acordo com os critérios de repartição do Fundo de Participação dos Municípios - FPM.			
		§ 1º A União			



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
		compensará, com recursos oriundos de sua parcela em royalties e participações especiais, bem como do que lhe couber em lucro em óleo, tanto no regime de concessão quanto no regime de partilha de produção, os Estados e Municípios que sofrerem redução de suas receitas em virtude desta Lei, até que estas se recomponham mediante o aumento de produção de petróleo no mar.			
		§ 2º Os recursos da União destinados à compensação de que trata o § 1º deverão ser repassados aos Estados e Municípios que sofrerem redução de suas receitas em virtude desta Lei, simultaneamente ao repasse efetuado pela União aos demais Estados e Municípios.			
		§ 3º Os royalties correspondem à participação no resultado da exploração de petróleo, de gás natural e de outros			



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
		hidrocarbonetos fluidos de que trata o § 1º do art. 20 da Constituição Federal, vedada a sua inclusão no cálculo do custo em óleo, bem como qualquer outra forma de restituição ou compensação aos contratados, ressalvado o disposto no § 1º do art. 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.			
	<b>Art. 65.</b> O Poder Executivo estabelecerá política e medidas específicas visando ao aumento da participação de empresas de pequeno e médio porte nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural.				
	Parágrafo único. O Poder Executivo regulamentará o disposto no caput no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contado da data de publicação desta Lei.				
	<b>Art. 66.</b> O Poder Executivo regulamentará				



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
	o disposto nesta Lei.				
Art. 23. .... § 1º A ANP definirá os blocos a serem objeto de contratos de concessão.	<b>Art. 67.</b> Revogam-se o § 1º do art. 23 e o art. 27 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.				
Art. 27. Quando se tratar de campos que se estendam por blocos vizinhos, onde atuem concessionários distintos, deverão eles celebrar acordo para a individualização da produção.					
Parágrafo único. Não chegando as partes a acordo, em prazo máximo fixado pela ANP, caberá a esta determinar, com base em laudo arbitral, como serão equitativamente apropriados os direitos e obrigações sobre os blocos, com base nos princípios gerais de Direito aplicáveis.					
	<b>Art. 68.</b> Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.				
			<b>Art. 3º (VETADO).</b>	<b>Art. 3º</b> A Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, passa a vigorar com as	Art. 2º A Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, passa a vigorar com as



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
				seguintes novas redações para os arts. 48, 49 e 50, e com os seguintes novos arts. 49-A, 49-B, 49-C, 50-A, 50-B, 50-C, 50-D, 50-E e 50-F:	seguintes alterações:
Art. 48. A parcela do valor do <b>royalty</b> , previsto no contrato de concessão, que representar cinco por cento da produção, correspondente ao montante mínimo referido no § 1º do <b>artigo anterior</b> , será distribuída segundo os critérios <b>estipulados pela Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989</b> .				<b>“Art. 48.</b> A parcela do valor dos <b>royalties</b> , previstos no contrato de concessão, que representar 5% (cinco por cento) da produção, correspondente ao montante mínimo referido no § 1º do <b>art. 47</b> , será distribuída segundo os <b>seguintes</b> critérios:	
				I – quando a lavra ocorrer em terra ou em lagos, rios, ilhas fluviais e lacustres:	
				a) 70% (setenta por cento) aos Estados onde ocorrer a produção;	
				b) 20% (vinte por cento) aos Municípios onde ocorrer a produção; e	
				c) 10% (dez por cento) aos Municípios que sejam afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo,	



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
				gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, na forma e critérios estabelecidos pela ANP;	
				II – quando a lavra ocorrer na plataforma continental, no mar territorial ou na zona econômica exclusiva:	
				a) 20% (vinte por cento) para os Estados confrontantes;	
				b) 17% (dezessete por cento) para os Municípios confrontantes e respectivas áreas geoeconômicas, conforme definido nos arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 7.525, de 22 de julho de 1986;	
				c) 3% (três por cento) para os Municípios que sejam afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, na forma e critério estabelecidos pela ANP, até 2016, e 2% (dois por cento), a partir de 2017;	
				d) 20% (vinte por cento)	



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
				para constituição de fundo especial, a ser distribuído entre Estados e o Distrito Federal, se for o caso, de acordo com os seguintes critérios:	
				1. os recursos serão distribuídos somente para os Estados e, se for o caso, o Distrito Federal, que não tenham recebido recursos em decorrência do disposto na alínea “a” dos incisos I e II do art. 42-B da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, na alínea “a” deste inciso e do inciso II do art. 49 desta Lei e no inciso II do § 2º do art. 50 desta Lei;	
				2. o rateio dos recursos do fundo especial obedecerá às mesmas regras do rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE), de que trata o art. 159 da Constituição;	
				3. o percentual que o FPE destina aos Estados e ao Distrito Federal, se for o caso, que serão excluídos do rateio dos recursos do	



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
				fundo especial em decorrência do disposto no item 1 será redistribuído entre os demais Estados e o Distrito Federal, se for o caso, proporcionalmente às suas participações no FPE;	
				4. o Estado produtor ou confrontante, e o Distrito Federal, se for produtor, poderá optar por receber os recursos do fundo especial de que trata esta alínea, desde que não receba recursos em decorrência do disposto na alínea “a” dos incisos I e II do art. 42-B da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, na alínea “a” deste inciso e do inciso II do art. 49 desta Lei e no inciso II do § 2º do art. 50 desta Lei;	
				5. os recursos que Estados produtores ou confrontantes, ou que o Distrito Federal, se for o caso, tenham deixado de arrecadar em função da opção prevista no item 4	





## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
				serão adicionados aos recursos do fundo especial de que trata esta alínea;	
				e) 20% (vinte por cento) para constituição de fundo especial, a ser distribuído entre os Municípios de acordo com os seguintes critérios:	
				1. os recursos serão distribuídos somente para os Municípios que não tenham recebido recursos em decorrência do disposto nas alíneas “b” e “c” dos incisos I e II do art. 42-B da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, nas alíneas “b” e “c” deste inciso e do inciso II do art. 49 desta Lei e no inciso III do § 2º do art. 50 desta Lei;	
				2. o rateio dos recursos do fundo especial obedecerá às mesmas regras do rateio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), de que trata o art. 159 da Constituição;	
				3. o percentual que o FPM destina aos Municípios	



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
				que serão excluídos do rateio dos recursos do fundo especial em decorrência do disposto no item 1 será redistribuído entre Municípios proporcionalmente às suas participações no FPM;	
				4. o Município produtor ou confrontante poderá optar por receber os recursos do fundo especial de que trata esta alínea, desde que não receba recursos em decorrência do disposto nas alíneas “b” e “c” dos incisos I e II do art. 42-B da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, nas alíneas “b” e “c” deste inciso e do inciso II do art. 49 desta Lei e no inciso III do § 2º do art. 50 desta Lei;	
				5. os recursos que Municípios produtores ou confrontantes tenham deixado de arrecadar em função da opção prevista no item 4 serão adicionados aos recursos	



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
				do fundo especial de que trata esta alínea;	
				f) 20% (vinte por cento) para a União, a ser destinado ao Fundo Social, instituído por esta Lei, deduzidas as parcelas destinadas aos órgãos específicos da Administração Direta da União, nos termos do regulamento do Poder Executivo.	
				§ 1º A soma dos valores referentes aos <i>royalties</i> devidos aos Municípios nos termos das alíneas “b” e “c” dos incisos I e II do art. 42-B da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, com os <i>royalties</i> devidos nos termos das alíneas “b” e “c” dos incisos I e II deste art. 48 e do art. 49 desta Lei, com a participação especial devida nos termos do inciso III do § 2º do art. 50 desta Lei, ficarão limitados ao maior dos seguintes valores:	
				I – os valores que o Município recebeu a título	



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
				de <i>royalties</i> e participação especial em 2011;	
				II – 2 (duas) vezes o valor <i>per capita</i> distribuído pelo FPM, calculado em nível nacional, multiplicado pela população do Município.	
				§ 2º A parcela dos <i>royalties</i> de que trata este artigo que contribuir para o que exceder o limite de pagamentos aos Municípios em decorrência do disposto no § 1º será transferida para o fundo especial de que trata a alínea “e” do inciso II.	
				§ 3º Os pontos de entrega às concessionárias de gás natural produzido no País serão considerados instalações de embarque e desembarque, para fins de pagamento de <i>royalties</i> aos Municípios afetados por essas operações, em razão do disposto na alínea “c” dos incisos I e II.	
				§ 4º A opção dos Estados, Distrito Federal e	



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
				Municípios de que trata o item 4 das alíneas “d” e “e” do inciso II poderá ser feita após conhecido o valor dos <i>royalties</i> e da participação especial a serem distribuídos, nos termos do regulamento.” (NR)	
					"Art. 48-A. A parcela do valor do <b>royalty</b> previsto nos contratos de concessão firmados a partir de 3 de dezembro de 2012 que representar cinco por cento da produção, correspondente ao montante mínimo referido no § 1º do art. 47, terá a seguinte distribuição:
					I - quando a lavra ocorrer em terra ou em lagos, rios, ilhas fluviais e lacustres, segundo os critérios estipulados pelo art. 48 desta Lei; e
					II - quando a lavra ocorrer na plataforma continental, no mar territorial ou na zona econômica exclusiva, na forma do Anexo I a esta Lei.” (NR)



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
Art. 49. A parcela do valor do <i>royalty</i> que exceder a cinco por cento da produção terá a seguinte distribuição:				“Art. 49. ....	
I - quando a lavra ocorrer em terra ou em lagos, rios, ilhas fluviais e lacustres: a) cinquenta e dois inteiros e cinco décimos por cento aos Estados onde ocorrer a produção; b) quinze por cento aos Municípios onde ocorrer a produção; c) sete inteiros e cinco décimos por cento aos Municípios que sejam afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural, na forma e critério estabelecidos pela ANP;				I – ..... .....	
d) 25% (vinte e cinco por cento) ao Ministério da Ciência e Tecnologia para financiar programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à indústria do petróleo, do				d) 25% (vinte e cinco por cento) para a União, a ser destinado ao Fundo Social, instituído por esta Lei, deduzidas as parcelas destinadas aos órgãos específicos da Administração Direta da União, nos termos do	



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
gás natural, dos biocombustíveis e à indústria petroquímica de primeira e segunda geração, bem como para programas de mesma natureza que tenham por finalidade a prevenção e a recuperação de danos causados ao meio ambiente por essas indústrias;				regulamento do Poder Executivo;	
II - quando a lavra ocorrer na plataforma continental:				II – .....	
a) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento aos Estados produtores confrontantes;				a) 20% (vinte por cento) para os Estados confrontantes;	
b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento aos Municípios produtores confrontantes;				b) 17% (dezessete por cento) para os Municípios confrontantes e respectivas áreas geoeconômicas, conforme definido nos arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 7.525, de 22 de julho de 1986;	
c) quinze por cento ao Ministério da Marinha, para atender aos encargos de fiscalização e proteção das áreas de produção;					



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
d) sete inteiros e cinco décimos por cento aos Municípios que sejam afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural, na forma e critério estabelecidos pela ANP;				c) 3% (três por cento) para os Municípios que sejam afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, na forma e critério estabelecidos pela ANP, até 2016, e 2% (dois por cento), a partir de 2017;	
				d) 20% (vinte por cento) para constituição de fundo especial, a ser distribuído entre Estados e o Distrito Federal, se for o caso, de acordo com os seguintes critérios:	
				1. os recursos serão distribuídos somente para os Estados e, se for o caso, o Distrito Federal, que não tenham recebido recursos em decorrência do disposto na alínea “a” dos incisos I e II do art. 42-B da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, na alínea “a” deste inciso e do inciso II do art. 48 desta Lei e no inciso II do § 2º do art. 50 desta Lei;	
				2. o rateio dos recursos do	





## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
				<p>função especial obedecerá às mesmas regras do rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE), de que trata o art. 159 da Constituição;</p>	
				<p>3. o percentual que o FPE destina aos Estados e ao Distrito Federal, se for o caso, que serão excluídos do rateio dos recursos do fundo especial em decorrência do disposto no item 1 será redistribuído entre os demais Estados e o Distrito Federal, se for o caso, proporcionalmente às suas participações no FPE;</p>	
				<p>4. o Estado produtor ou confrontante, e o Distrito Federal, se for produtor, poderá optar por receber os recursos do fundo especial de que trata esta alínea, desde que não receba os recursos referidos no item 1;</p>	
				<p>5. os recursos que Estados produtores ou confrontantes, ou que o</p>	



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
				Distrito Federal, se for o caso, tenham deixado de arrecadar em função da opção prevista no item 4 serão adicionados aos recursos do fundo especial de que trata esta alínea;	
e) sete inteiros e cinco décimos por cento para constituição de um Fundo Especial, a ser distribuído entre todos os Estados, Territórios e Municípios;				e) 20% (vinte por cento) para constituição de fundo especial, a ser distribuído entre os Municípios de acordo com os seguintes critérios:	
				1. os recursos serão distribuídos somente para os Municípios que não tenham recebido recursos em decorrência do disposto nas alíneas “b” e “c” dos incisos I e II do art. 42-B da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, nas alíneas “b” e “c” deste inciso e do inciso II do art. 48 desta Lei e no inciso III do § 2º do art. 50 desta Lei;	
				2. o rateio dos recursos do fundo especial obedecerá às mesmas regras do rateio do FPM, de que trata o art. 159 da Constituição;	



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
				3. o percentual que o FPM destina aos Municípios que serão excluídos do rateio dos recursos do fundo especial em decorrência do disposto no item 1 será redistribuído entre Municípios proporcionalmente às suas participações no FPM;	
				4. o Município produtor ou confrontante poderá optar por receber os recursos do fundo especial de que trata esta alínea, desde que não receba os recursos referidos no item 1;	
				5. os recursos que Municípios produtores ou confrontantes tenham deixado de arrecadar em função da opção prevista no item 4 serão adicionados aos recursos do fundo especial de que trata esta alínea;	
f) 25% (vinte e cinco por cento) ao Ministério da Ciência e Tecnologia para financiar programas de amparo à pesquisa				f) 20% (vinte por cento) para a União, a ser destinado ao Fundo Social, instituído por esta Lei, deduzidas as parcelas	



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à indústria do petróleo, do gás natural, dos biocombustíveis e à indústria petroquímica de primeira e segunda geração, bem como para programas de mesma natureza que tenham por finalidade a prevenção e a recuperação de danos causados ao meio ambiente por essas indústrias.				destinadas aos órgãos específicos da Administração Direta da União, nos termos do regulamento do Poder Executivo.	
§ 1º Do total de recursos destinados ao Ministério da Ciência e Tecnologia serão aplicados, no mínimo, 40% (quarenta por cento) em programas de fomento à capacitação e ao desenvolvimento científico e tecnológico das regiões Norte e Nordeste, incluindo as respectivas áreas de abrangência das Agências de Desenvolvimento Regional.				§ 1º (Revogado).	
§ 2º O Ministério da Ciência e Tecnologia				§ 2º (Revogado).	



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
<p>administrar<sup>á</sup> os programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico previstos no <i>caput</i> deste artigo, com o apoio técnico da ANP, no cumprimento do disposto no inciso X do art. 8º, e mediante convênios com as universidades e os centros de pesquisa do País, segundo normas a serem definidas em decreto do Presidente da República.</p>					
<p>§ 3º Nas áreas localizadas no pré-sal contratadas sob o regime de concessão, a parcela dos royalties que cabe à administração direta da União será destinada integralmente ao fundo de natureza contábil e financeira, criado por lei específica, com a finalidade de constituir fonte de recursos para o desenvolvimento social e regional, na forma de programas e projetos nas áreas de combate à</p>				<p>§ 3º (Revogado).</p>	<p>O inciso I do art. 3º da MPV revoga o § 3º do art. 49 da Lei nº 9.478/1997.</p>



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
pobreza e de desenvolvimento da educação, da cultura, do esporte, da saúde pública, da ciência e tecnologia, do meio ambiente e de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, vedada sua destinação aos órgãos específicos de que trata este artigo.					
				§ 4º A soma dos valores referentes aos <i>royalties</i> devidos aos Municípios nos termos das alíneas “b” e “c” dos incisos I e II do art. 42-B da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, com os <i>royalties</i> devidos nos termos das alíneas “b” e “c” dos incisos I e II deste artigo e do art. 48 desta Lei, com a participação especial devida nos termos do inciso III do § 2º do art. 50 desta Lei, ficarão limitados ao maior dos seguintes valores:	
				I – os valores que o Município recebeu a título de <i>royalties</i> e participação especial em 2011;	



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
				II – 2 (duas) vezes o valor <i>per capita</i> distribuído pelo FPM, calculado em nível nacional, multiplicado pela população do Município.	
				§ 5º A parcela dos <i>royalties</i> de que trata este artigo que contribuir para o valor que exceder o limite de pagamentos aos Municípios em decorrência do disposto no § 4º será transferida para o fundo especial de que trata a alínea “e” do inciso II.	
				§ 6º A opção dos Estados, Distrito Federal e Municípios de que trata o item 4 das alíneas “d” e “e” do inciso II poderá ser feita após conhecido o valor dos <i>royalties</i> e da participação especial a serem distribuídos, nos termos do regulamento.	
				§ 7º Os pontos de entrega às concessionárias de gás natural produzido no País serão considerados instalações de embarque e desembarque, para fins de	



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
				pagamento de <i>royalties</i> aos Municípios afetados por essas operações, em razão do disposto na alínea “c” dos incisos I e II.” (NR)	
					“Art. 49-A. A parcela do valor do <b>royalty</b> previsto nos contratos de concessão firmados a partir de 3 de dezembro de 2012 que exceder a cinco por cento da produção terá a seguinte distribuição:
					I - quando a lavra ocorrer em terra ou em lagos, rios, ilhas fluviais e lacustres, segundo a forma estipulada pelo inciso I do <b>caput</b> do art. 49; e
					II - quando a lavra ocorrer na plataforma continental, no mar territorial ou na zona econômica exclusiva, na forma do Anexo II a esta Lei.” (NR)
				“Art. 49-A. Os percentuais de distribuição a que se referem a alínea “b” do inciso II do art. 48 e a	





## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
				alínea “b” do inciso II do art. 49 serão reduzidos:	
				I – em 2 (dois) pontos percentuais em 2013 e em cada ano subsequente até 2018, quando alcançará 5% (cinco por cento);	
				II – em 1 (um) ponto percentual em 2019, quando alcançará o mínimo de 4% (quatro por cento).	
				Parágrafo único. A partir de 2019, o percentual de distribuição a que se refere este artigo será de 4% (quatro por cento).”	
				“ <b>Art. 49-B.</b> Os percentuais de distribuição a que se referem a alínea “d” do inciso II do art. 48 e a alínea “d” do inciso II do art. 49 serão acrescidos:	
				I – em 1 (um) ponto percentual em 2013 e em cada ano subsequente até atingir 24% (vinte e quatro por cento) em 2016;	
				II – em 1,5 (um inteiro e cinco décimos) de ponto	



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
				percentual em 2017, quando atingirá 25,5% (vinte e cinco inteiros e cinco décimos por cento);	
				III – em 1 (um) ponto percentual em 2018, quando atingirá 26,5% (vinte e seis inteiros e cinco décimos por cento);	
				IV – em 0,5 (cinco décimos) de ponto percentual em 2019, quando atingirá o máximo de 27% (vinte e sete por cento).	
				Parágrafo único. A partir de 2019, o percentual de distribuição a que se refere este artigo será de 27% (vinte e sete por cento).”	
				“Art. 49-C. Os percentuais de distribuição a que se referem a alínea “e” do inciso II do art. 48 e a alínea “e” do inciso II do art. 49 serão acrescidos:	
				I – em 1 (um) ponto percentual em 2013 e em cada ano subsequente até atingir 24% (vinte e	



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
				quatro por cento) em 2016;	
				II – em 1,5 (um inteiro e cinco décimos) de ponto percentual em 2017, quando atingirá 25,5% (vinte e cinco inteiros e cinco décimos por cento);	
				III – em 1 (um) ponto percentual em 2018, quando atingirá 26,5% (vinte e seis inteiros e cinco décimos por cento);	
				IV – em 0,5 (cinco décimos) de ponto percentual em 2019, quando atingirá o máximo de 27% (vinte e sete por cento).	
				Parágrafo único. A partir de 2019, o percentual de distribuição a que se refere este artigo será de 27% (vinte e sete por cento).”	
Art. 50. O edital e o contrato estabelecerão que, nos casos de grande volume de produção, ou de grande rentabilidade, haverá o pagamento de uma participação especial,				“Art. 50. .... .....	“Art. 50. .... .....



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
a ser regulamentada em decreto do Presidente da República. .....					
§ 2º Os recursos da participação especial serão distribuídos na seguinte proporção:				§ 2º .....	
I - 40% (quarenta por cento) ao Ministério de Minas e Energia, sendo 70% (setenta por cento) para o financiamento de estudos e serviços de geologia e geofísica aplicados à prospecção de combustíveis fósseis, a serem promovidos pela ANP, nos termos dos incisos II e III do art. 8º desta Lei, e pelo MME, 15% (quinze por cento) para o custeio dos estudos de planejamento da expansão do sistema energético e 15% (quinze por cento) para o financiamento de estudos, pesquisas, projetos, atividades e serviços de levantamentos geológicos básicos no território nacional;				I – 42% (quarenta e dois por cento) à União, a ser destinado ao Fundo Social, instituído pela Lei nº 12.351, de 2010, deduzidas as parcelas destinadas aos órgãos específicos da Administração Direta da União, nos termos do regulamento do Poder Executivo;	



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
II - 10% (dez por cento) ao Ministério do Meio Ambiente, destinados, preferencialmente, ao desenvolvimento das seguintes atividades de gestão ambiental relacionadas à cadeia produtiva do petróleo, incluindo as consequências de sua utilização: .....					
III - <b>quarenta por cento</b> para o Estado onde ocorrer a produção em terra, ou confrontante com a plataforma continental onde se realizar a produção;				II – <b>34% (trinta e quatro por cento)</b> para o Estado onde ocorrer a produção em terra, ou confrontante com a plataforma continental onde se realizar a produção;	
IV - <b>dez por cento</b> para o Município onde ocorrer a produção em terra, ou confrontante com a plataforma continental onde se realizar a produção.				III – <b>5% (cinco por cento)</b> para o Município onde ocorrer a produção em terra, ou confrontante com a plataforma continental onde se realizar a produção;	
				IV – <b>9,5% (nove inteiros e cinco décimos por cento)</b> para constituição de fundo especial, a ser distribuído entre Estados e o Distrito Federal, se for o caso, de	



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
				acordo com os seguintes critérios:	
				a) os recursos serão distribuídos somente para os Estados e, se for o caso, o Distrito Federal, que não tenham recebido recursos em decorrência do disposto na alínea “a” dos incisos I e II do art. 42-B da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, na alínea “a” do inciso II dos arts. 48 e 49 desta Lei e no inciso II do § 2º deste artigo;	
				b) o rateio dos recursos do fundo especial obedecerá às mesmas regras do rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE), de que trata o art. 159 da Constituição;	
				c) o percentual que o FPE destina aos Estados e ao Distrito Federal, se for o caso, que serão excluídos do rateio dos recursos do fundo especial em decorrência do disposto na alínea “a” será redistribuído entre os	



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
				demais Estados e o Distrito Federal, se for o caso, proporcionalmente às suas participações no FPE;	
				d) o Estado produtor ou confrontante, e o Distrito Federal, se for produtor, poderá optar por receber os recursos do fundo especial de que trata este inciso, desde que não receba recursos em decorrência do disposto na alínea “a” dos incisos I e II do art. 42-B da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, na alínea “a” do inciso II dos arts. 48 e 49 desta Lei e no inciso II do § 2º deste artigo;	
				e) os recursos que Estados produtores ou confrontantes, ou que o Distrito Federal, se for o caso, tenham deixado de arrecadar em função da opção prevista na alínea “d” serão adicionados aos recursos do fundo especial de que trata este inciso;	
				V – 9,5% (nove inteiros e	



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
				cinco décimos por cento para constituição de fundo especial, a ser distribuído entre os Municípios de acordo com os seguintes critérios:	
				a) os recursos serão distribuídos somente para os Municípios que não tenham recebido recursos em decorrência do disposto nas alíneas “b” e “c” dos incisos I e II do art. 42-B da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, nas alíneas “b” e “c” do inciso II dos arts. 48 e 49 desta Lei e no inciso III do § 2º deste artigo;	
				b) o rateio dos recursos do fundo especial obedecerá às mesmas regras do rateio do FPM, de que trata o art. 159 da Constituição;	
				c) o percentual que o FPM destina aos Municípios que serão excluídos do rateio dos recursos do fundo especial em decorrência do disposto na alínea “a” será	





## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
				redistribuído entre Municípios proporcionalmente às suas participações no FPM;	
				d) o Município produtor ou confrontante poderá optar por receber os recursos do fundo especial de que trata este inciso, desde que não receba recursos em decorrência do disposto nas alíneas “b” e “c” dos incisos I e II do art. 42-B da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, nas alíneas “b” e “c” do inciso II dos arts. 48 e 49 desta Lei e no inciso III do § 2º deste artigo;	
				e) os recursos que Municípios produtores ou confrontantes tenham deixado de arrecadar em função da opção prevista na alínea “d” serão adicionados aos recursos do fundo especial de que trata este inciso.	
§ 3º (Revogado pela Lei nº 12.114, de 2009)				§ 3º.....	
§ 4º Nas áreas localizadas no pré-sal contratadas sob				§ 4º (Revogado).	O inciso II do art. 3º da MPV revoga o § 4º do



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
<p>o regime de concessão, a parcela da participação especial que cabe à administração direta da União será destinada integralmente ao fundo de natureza contábil e financeira, criado por lei específica, com a finalidade de constituir fonte de recursos para o desenvolvimento social e regional, na forma de programas e projetos nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento da educação, da cultura, do esporte, da saúde pública, da ciência e tecnologia, do meio ambiente e de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, vedada sua destinação aos órgãos específicos de que trata este artigo. <b>(Revogado pela Medida Provisória nº 592, 2012)</b></p>					<p><b>art. 50 da Lei nº 9.478/1997.</b></p>
					<p>§ 5º Os recursos da participação especial relativos à produção ocorrida nos contratos de concessão firmados a</p>



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
					partir de 3 de dezembro de 2012 serão distribuídos na forma do Anexo III a esta Lei.” (NR)
				§ 5º A soma dos valores referentes aos <i>royalties</i> devidos aos Municípios nos termos das alíneas “b” e “c” dos incisos I e II do art. 42-B da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, com os <i>royalties</i> devidos nos termos das alíneas “b” e “c” dos incisos I e II dos arts. 48 e 49 desta Lei, com a participação especial devida nos termos do inciso III do § 2º deste artigo, ficarão limitados ao maior dos seguintes valores:	
				I – os valores que o Município recebeu a título de <i>royalties</i> e participação especial em 2011;	
				II – 2 (duas) vezes o valor <i>per capita</i> distribuído pelo FPM, calculado em nível nacional, multiplicado pela população do Município.	
				§ 6º A opção dos Estados,	



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
				Distrito Federal e Municípios de que trata a alínea “d” dos incisos IV e V poderá ser feita após conhecido o valor dos <i>royalties</i> e da participação especial a serem distribuídos, nos termos do regulamento.	
				§ 7º A parcela da participação especial que contribuir para o valor que exceder o limite de pagamentos aos Municípios em decorrência do disposto no § 5º será transferida para o fundo especial de que trata o inciso V do § 2º.” (NR)	
					“Art. 50-A. Serão integralmente destinados ao Fundo Social de que trata o art. 47 da Lei nº 12.351, de 2010, os valores dos <b>royalties</b> e da participação especial destinados à União de que tratam os arts. 48, 49 e o § 2º do art. 50 desta Lei e o art. 5º da Lei nº 12.276, de 2010, quando oriundos da produção realizada no



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
					horizonte geológico denominado pré-sal, em campos localizados na área definida no inciso IV do <b>caput</b> do art. 2º da Lei nº 12.351, de 2010.” (NR)
				“ <b>Art. 50-A.</b> O percentual de distribuição a que se refere o inciso I do § 2º do art. 50 será acrescido de 1 (um) ponto percentual em 2013 e em cada ano subsequente até 2016, quando alcançará 46% (quarenta e seis por cento).	
				Parágrafo único. A partir de 2016, o percentual de distribuição a que se refere este artigo será de 46% (quarenta e seis por cento).	
					“Art. 50-B. As receitas de que tratam os arts. 48-A, 49-A e o § 5º do art. 50 serão destinadas, exclusivamente, para a educação, em acréscimo ao mínimo constitucionalmente obrigatório, na forma do regulamento.” (NR)



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
				“ <b>Art. 50-B.</b> O percentual de distribuição a que se refere o inciso II do § 2º do art. 50 será reduzido:	
				I – em 2 (dois) pontos percentuais em 2013, quando atingirá 32% (trinta e dois por cento);	
				II – em 3 (três) pontos percentuais em 2014 e em 2015, quando atingirá 26% (vinte e seis por cento);	
				III – em 2 (dois) pontos percentuais em 2016, em 2017 e em 2018, quando atingirá 20% (vinte por cento).	
				Parágrafo único. A partir de 2018, o percentual de distribuição a que se refere este artigo será de 20% (vinte por cento).”	
				“ <b>Art. 50-C.</b> O percentual de distribuição a que se refere o inciso III do § 2º do art. 50 será reduzido em 1 (um) ponto percentual em 2019, quando atingirá 4% (quatro por cento).	
				Parágrafo único. A partir	



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
				de 2019, o percentual de distribuição a que se refere este artigo será de 4% (quatro por cento).”	
				“ <b>Art. 50-D.</b> O percentual de distribuição a que se refere o inciso IV do § 2º do art. 50 será acrescido:	
				I – em 0,5 (cinco décimos) de ponto percentual em 2013, quando atingirá 10% (dez por cento);	
				II – em 1 (um) ponto percentual em 2014 e em 2015, quando atingirá 12% (doze por cento);	
				III – em 0,5 (cinco décimos) de ponto percentual em 2016, quando atingirá 12,5% (doze inteiros e cinco décimos por cento);	
				IV – em 1 (um) ponto percentual em 2017 e em 2018, quando atingirá 14,5% (quatorze inteiros e cinco décimos por cento);	
				V – em 0,5 (cinco décimos) de ponto percentual em 2019, quando atingirá 15%	



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
				(quinze por cento).	
				Parágrafo único. A partir de 2019, o percentual de distribuição a que se refere este artigo será de 15% (quinze por cento).”	
				“Art. 50-E. O percentual de distribuição a que se refere o inciso V do § 2º do art. 50 será acrescido:	
				I – em 0,5 (cinco décimos) de ponto percentual em 2013, quando atingirá 10% (dez por cento);	
				II – em 1 (um) ponto percentual em 2014 e em 2015, quando atingirá 12% (doze por cento);	
				III – em 0,5 (cinco décimos) de ponto percentual em 2016, quando atingirá 12,5% (doze inteiros e cinco décimos por cento);	
				IV – em 1 (um) ponto percentual em 2017 e em 2018, quando atingirá 14,5% (quatorze inteiros e cinco décimos por cento);	
				V – em 0,5 (cinco décimos) de ponto	





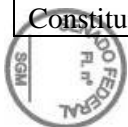
## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
				percentual em 2019, quando atingirá 15% (quinze por cento).	
				Parágrafo único. A partir de 2019, o percentual de distribuição a que se refere este artigo será de 15% (quinze por cento).”	
				“ <b>Art. 50-F.</b> O fundo especial de que tratam as alíneas “d” e “e” do inciso II dos arts. 48 e 49 desta Lei, os incisos IV e V do § 2º do art. 50 desta Lei e as alíneas “d” e “e” dos incisos I e II do art. 42-B da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, serão destinados para as áreas de educação, infraestrutura social e econômica, saúde, segurança, programas de erradicação da miséria e da pobreza, cultura, esporte, pesquisa, ciência e tecnologia, defesa civil, meio ambiente, em programas voltados para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas, e para o tratamento e reinserção social dos	



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
				dependentes químicos.	
				Parágrafo único. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios encaminharão anexo contendo a previsão para a aplicação dos recursos de que trata o <i>caput</i> junto aos respectivos planos plurianuais, leis de diretrizes orçamentárias e leis do orçamento anual.”	
<b>Art. 51.</b> O edital e o contrato disporão sobre o pagamento pela ocupação ou retenção de área, a ser feito anualmente, fixado por quilômetro quadrado ou fração da superfície do bloco, na forma da regulamentação por decreto do Presidente da República. .....					
<b>Art. 81.</b> Não se incluem nas regras desta Lei os equipamentos e instalações destinados a execução de serviços locais de distribuição de gás canalizado, a que se refere o § 2º do art. 25 da Constituição Federal.					



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
					“Art. 81-A. As regras de distribuição estabelecidas nos arts. 48, 49, e no § 2º do art. 50 desta Lei aplicam-se apenas aos contratos de concessão celebrados até 2 de dezembro de 2012, observado o disposto no art. 50-A.” (NR)
<b>Art. 82.</b> Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.					
					<b>Art. 2º</b> Parágrafo único. Ficam acrescidos os Anexos I, II e III à Lei nº 9.478, de 1997, na forma dos Anexos I, II e III a esta Medida Provisória.
			<b>Art. 4º (VETADO).</b>	<b>Art. 4º Revogam-se:</b>	Art. 3º Ficam revogados:
Art. 49. .... ..... § 1º Do total de recursos destinados ao Ministério da Ciência e Tecnologia serão aplicados, no mínimo, 40% (quarenta por cento) em programas de fomento à capacitação e ao desenvolvimento científico e tecnológico das regiões Norte e				I – os §§ 1º, 2º e 3º do art. 49 e o § 4º do art. 50, todos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e	



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
Nordeste, incluindo as respectivas áreas de abrangência das Agências de Desenvolvimento Regional.					
§ 2º O Ministério da Ciência e Tecnologia administrará os programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico previstos no <i>caput</i> deste artigo, com o apoio técnico da ANP, no cumprimento do disposto no inciso X do art. 8º, e mediante convênios com as universidades e os centros de pesquisa do País, segundo normas a serem definidas em decreto do Presidente da República.					III - o § 2º do art. 49 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.
§ 3º Nas áreas localizadas no pré-sal contratadas sob o regime de concessão, a parcela dos royalties que cabe à administração direta da União será destinada integralmente ao fundo de natureza contábil e financeira, criado por lei específica,					I - o § 3º do art. 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997;



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
com a finalidade de constituir fonte de recursos para o desenvolvimento social e regional, na forma de programas e projetos nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento da educação, da cultura, do esporte, da saúde pública, da ciência e tecnologia, do meio ambiente e de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, vedada sua destinação aos órgãos específicos de que trata este artigo.					
Art. 50. .... ..... § 4º Nas áreas localizadas no pré-sal contratadas sob o regime de concessão, a parcela da participação especial que cabe à administração direta da União será destinada integralmente ao fundo de natureza contábil e financeira, criado por lei específica, com a finalidade de constituir fonte de recursos para o					II - o § 4º do art. 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
desenvolvimento social e regional, na forma de programas e projetos nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento da educação, da cultura, do esporte, da saúde pública, da ciência e tecnologia, do meio ambiente e de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, vedada sua destinação aos órgãos específicos de que trata este artigo.					
	Art. 49. Constituem recursos do FS: ..... IV - os royalties e a participação especial das áreas localizadas no pré-sal contratadas sob o regime de concessão destinados à administração direta da União, observado o disposto nos §§ 1º e 2º deste artigo; .....			II – o inciso IV e o § 1º do art. 49 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.	
	§ 1º A Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:				



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
	<p>“Art. 49. .... ..... § 3º Nas áreas localizadas no pré-sal contratadas sob o regime de concessão, a parcela dos royalties que cabe à administração direta da União será destinada integralmente ao fundo de natureza contábil e financeira, criado por lei específica, com a finalidade de constituir fonte de recursos para o desenvolvimento social e regional, na forma de programas e projetos nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento da educação, da cultura, do esporte, da saúde pública, da ciência e tecnologia, do meio ambiente e de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, vedada sua destinação aos órgãos específicos de que trata este artigo.” (NR)</p>				
	<p>“Art. 50. .... ..... § 4º Nas áreas localizadas</p>				



## Quadro comparativo – *Royalties*

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (PLC nº 6, de 1997)	Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (PLC nº 7, de 2010)	Vetos à Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (VET nº 39, de 2010)	Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (PLS nº 448, de 2011)	Vetos à Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012 (VET nº 38, de 2012)	Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012
	no pré-sal contratadas sob o regime de concessão, a parcela da participação especial que cabe à administração direta da União será destinada integralmente ao fundo de natureza contábil e financeira, criado por lei específica, com a finalidade de constituir fonte de recursos para o desenvolvimento social e regional, na forma de programas e projetos nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento da educação, da cultura, do esporte, da saúde pública, da ciência e tecnologia, do meio ambiente e de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, vedada sua destinação aos órgãos específicos de que trata este artigo.” (NR)				
			<b>Art. 5º</b> Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.		<b>Art. 4º</b> Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.





## Quadro comparativo – *Royalties*

**Anexos à Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012**

**ANEXO I**

(Anexo I à Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997)

DISTRIBUIÇÃO DA PARCELA DO VALOR DO ROYALTY QUE REPRESENTAR 5% DA PRODUÇÃO, PREVISTO NOS CONTRATOS FIRMADOS A PARTIR DE 03/12/2012

(INCISO II DO CAPUT DO ART. 48-A)

	Ano 2013 (em %)	Ano 2014 (em %)	Ano 2015 (em %)	Ano 2016 (em %)	Ano 2017 (em %)	Ano 2018 (em %)	Ano 2019 (em %)	A partir do ano de 2020  (em %)
Estados produtores confrontantes	20	20	20	20	20	20	20	20
Municípios produtores confrontantes	15	13	11	9	7	5	4	4
Municípios afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, na forma e critério estabelecidos pela ANP	3	3	3	3	2	2	2	2
Fundo Especial, a ser distribuído entre Estados e o Distrito Federal de acordo com as regras do rateio do FPE de que trata o art. 159 da Constituição	21	22	23	24	25,5	26,5	27	27
Fundo Especial, a ser distribuído entre os municípios de acordo com as regras do rateio do FPM de que trata o art. 159 da Constituição	21	22	23	24	25,5	26,5	27	27
União	20	20	20	20	20	20	20	20
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>



## Quadro comparativo – *Royalties*

130

### Anexos à Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012

#### ANEXO II

(Anexo II à Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997)

DISTRIBUIÇÃO DA PARCELA DO VALOR DO **ROYALTY** QUE EXCEDER 5% DA PRODUÇÃO, PREVISTO NOS CONTRATOS FIRMADOS A PARTIR DE 03/12/2012

(INCISO II DO **CAPUT** DO ART. 49-A)

	Ano 2013 (em %)	Ano 2014 (em %)	Ano 2015 (em %)	Ano 2016 (em %)	Ano 2017 (em %)	Ano 2018 (em %)	Ano 2019 (em %)	A partir do ano de 2020  (em %)
Estados produtores confrontantes	20	20	20	20	20	20	20	20
Municípios produtores confrontantes	15	13	11	9	7	5	4	4
Municípios afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, na forma e critério estabelecidos pela ANP	3	3	3	3	2	2	2	2
Fundo Especial, a ser distribuído entre Estados e o Distrito Federal de acordo com as regras do rateio do FPE de que trata o art. 159 da Constituição	21	22	23	24	25,5	26,5	27	27
Fundo Especial, a ser distribuído entre os municípios de acordo com as regras do rateio do FPM de que trata o art. 159 da Constituição	21	22	23	24	25,5	26,5	27	27
União	20	20	20	20	20	20	20	20
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>



## Quadro comparativo – *Royalties*

**Anexos à Medida Provisória nº 592, de 3 de dezembro de 2012**

**ANEXO III**

(Anexo III à Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997)

**DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS DA PARTICIPAÇÃO ESPECIAL, QUANTO A CONTRATOS FIRMADOS A PARTIR DE 03/12/2012  
(ART. 50, § 5º)**

	Ano 2013 (em %)	Ano 2014 (em %)	Ano 2015 (em %)	Ano 2016 (em %)	Ano 2017 (em %)	Ano 2018 (em %)	Ano 2019 (em %)	A partir do ano de 2020 (em %)
Estados produtores confrontantes	32	29	26	24	22	20	20	20
Municípios produtores confrontantes	5	5	5	5	5	5	4	4
Fundo Especial, a ser distribuído entre Estados e o Distrito Federal de acordo com as regras do rateio do FPE de que trata o art. 159 da Constituição	10	11	12	12,5	13,5	14,5	15	15
Fundo Especial, a ser distribuído entre os municípios de acordo com as regras do rateio do FPM de que trata o art. 159 da Constituição	10	11	12	12,5	13,5	14,5	15	15
União	43	44	45	46	46	46	46	46
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

